



Congresso de Administração,
Contabilidade, Economia
e Sustentabilidade

A AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL: medindo o progresso rumo a um futuro sustentável

Raquel Angelo Araujo – Mestra em Administração (UFBA) – Pesquisadora do Núcleo de Finanças na UNIGRANRIO – raquel.angelo@uol.com.br

Paulo Vitor Jordão da Gama Silva – Doutor em Administração (PUC-RIO) - Professor do PPGA da UNIGRANRIO e Professor Adjunto da UERJ – paulo.jordao@uerj.br

RESUMO

O artigo tem por objetivo examinar o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR) de 2023 em relação ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas 26 capitais brasileiras. Para isso, elabora uma linha teórica que aborda o desenvolvimento sustentável, os ODS, as estruturas governamentais, os desafios na mensuração e a contextualização em nível local, culminando no IDSC-BR. Adota uma perspectiva exploratória, delineando abordagens descritiva e explicativa. Os resultados indicam que, apesar de suas fragilidades, como as bases de dados inexistentes ou defasadas, o índice representa uma importante ferramenta para análises dos ODS em nível local, apontando a necessidade de políticas públicas específicas e adaptadas às diferentes realidades. Os IDSC-BR das capitais demonstram que ainda há muito a ser feito, pois nenhuma das cidades analisadas obteve índices satisfatórios, havendo um retrocesso generalizado em relação a 2022, especialmente na região Norte, que enfrenta os maiores desafios.

Palavras-chave: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil; IDSC-BR; Agenda 2030; Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

Patrocínio:



Apoio:



Realização:



1 INTRODUÇÃO

Através da Declaração do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, oito metas, denominadas Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), foram estabelecidas com o propósito de erradicar a pobreza extrema e promover o desenvolvimento econômico nos países em desenvolvimento até 2015. Essa abordagem concebeu o desenvolvimento como intrinsecamente ligado à erradicação da pobreza (Veiga, 2020).

Em 2015, surgem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluídos na Agenda 2030, um passo decisivo da legitimação da sustentabilidade como novo valor (Veiga, 2020). Os 17 ODS passaram a incorporar três dimensões: a econômica, a social e a ambiental, que abordam uma ampla gama de questões, desde a erradicação da pobreza até a promoção da igualdade de gênero, da garantia de educação de qualidade até a ação climática, mostrando um compromisso amplo com o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões.

A estrutura da ONU subdivide-se em representantes dos Estados membros, os burocratas, e um terceiro grupo composto por ONGs, especialistas, executivos de corporações, representantes da mídia e acadêmicos. Diferentemente dos ODM, os ODS foram influenciados de forma crítica e inédita pelo terceiro grupo, conferindo-lhes maior legitimidade (Veiga, 2000).

Embora existam várias definições de desenvolvimento sustentável, há um consenso sobre sua complexidade, incerteza e multidimensionalidade. Assim, o cumprimento dos ODS requer grandes transformações sociais, despesas fiscais e investimentos privados, além de um sistema eficiente de monitoramento e controle para avaliar o progresso e os impactos das ações (Kemp e Martens, 2007).

A última edição do Relatório de Desenvolvimento Sustentável, aponta que de 2015 a 2019 houve progressos aquém do esperado em relação aos ODS, situação agravada pela pandemia e múltiplas crises que resultaram em uma estagnação global (Sachs et. al, 2023).

Com base nos ODS, a Bertelsmann Stiftung (BS) e a Sustainable Development Solutions Network (SDSN) desenvolveram o Índice ODS. No entanto, a edição de 2023 compilou 97 indicadores para avaliar o progresso em relação à Agenda 2030, desconsiderando aproximadamente 60% dos indicadores dada a escassez de dados disponíveis (SDSN, 2023).

Para abordar as especificidades locais e promover a implementação dos ODS em nível municipal, a SDSN elaborou o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR). Este índice busca proporcionar uma avaliação adaptada às cidades brasileiras.

O estudo tem como objetivo examinar o IDSC-BR em relação ao cumprimento dos ODS nas 26 capitais brasileiras. A análise visa compreender a situação atual dessas cidades em relação ao cumprimento dos ODS, tanto em nível regional quanto em escala nacional. Para isso, adotou-se uma abordagem quantitativa, utilizando estatística descritiva, e uma abordagem qualitativa para compreender as nuances associadas ao desempenho das capitais. O estudo adota uma perspectiva exploratória, delineando abordagens descritivas e explicativas. Os dados, referentes ao ano de 2023, foram coletados do sítio eletrônico do IDSC-BR.

Os estudos sobre essa temática começaram a surgir em 2015 e apontam um crescimento contínuo nos anos seguintes (Albuquerque de Melo et al., 2023). Considerando que os ODS são um projeto de longo prazo, que transcende governos e está ligado aos interesses da sociedade, o estudo é justificado pela importância de oferecer uma visão abrangente do panorama atual dos ODS nas cidades.

Acredita-se que este estudo contribuirá para uma compreensão mais aprofundada do progresso em relação aos ODS no Brasil e poderá servir de base para futuras políticas e ações que ajudarão o país a cumprir seus compromissos e metas em direção a um futuro mais sustentável e inclusivo. O artigo está estruturado em quatro partes, além desta introdução: referencial teórico, procedimentos metodológicos, análise de resultados e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, exploraremos temas essenciais para a compreensão do estudo. Abordaremos o desenvolvimento sustentável, destacando os ODS e sua interação com as estruturas governamentais. Analisaremos os desafios associados à sua mensuração, contextualizando-os em nível local. Por fim, apresentaremos o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR)

2.1 Desenvolvimento Sustentável

A ideia de desenvolvimento sustentável, foi consolidada no relatório "Our Common Future", da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), conhecido como Relatório Brundtland. Ele introduziu o termo "desenvolvimento sustentável", caracterizando-o como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades. Amplamente adotada por implicar um desejável compromisso ético das gerações presentes para com as futuras, ficou conhecido como "intergeracional" (Lavall e Olsson, 2019). Esse relatório desempenhou um papel relevante na promoção de práticas que equilibram os aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento, estendendo-se sobre as políticas globais e as discussões relacionadas à sustentabilidade nos anos subsequentes (Kemp e Martens, 2007).

A crescente importância das questões envolvendo o desenvolvimento sustentável fez com que a ONU incorporasse definitivamente essa temática, tornando-se foco de diversas conferências, sendo a Rio 92 considerada a mais emblemática devido à sua relevância política. Entre os legados deixados, destaca-se a construção da Agenda 21. Embora essa noção pluridimensional atribuída ao desenvolvimento sustentável, tenha surgido com a Agenda 21, apenas na Agenda 2030 tornou-se clara, ao assinalar os 17 ODS que incorporaram as três dimensões: econômica, social e ambiental (Lavall e Olsson, 2019). A partir desse momento, o desenvolvimento sustentável passou a ser caracterizado como um meta-objetivo político aglutinador de medidas ambientais, econômicas, sociais e político-institucionais, capazes de promover o bem-estar das pessoas e do planeta (Lavall e Olsson, 2019).

Os ODS fundamentam-se em compromissos não juridicamente vinculativos; em outras palavras, a ONU não pode impor sua adoção devido à ausência de obrigação legal. Nesse contexto, questões como a elaboração de métricas e sistemas de monitoramento, a padronização e o controle tornam-se aspectos-chave que determinam o processo de implementação dos ODS pelos países, bem como se as cidades individuais terão êxito (Koch e Krellenberg, 2018).

2.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A agenda 2030 consiste em um plano de ação composto por 17 ODS (Tabela 1), definidos durante a Cúpula das Nações Unidas, em 2015. "Os ODS são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade" (Nações Unidas Brasil, 2015). Para este fim, eles se desdobram em 169 metas específicas, integradas e indivisíveis, detalhadas em 231 indicadores (Nações Unidas Brasil, 2015).

Tabela 1

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030 – ONU

1	Erradicação da Pobreza
2	Fome Zero e Agricultura Sustentável
3	Saúde e Bem-Estar

4	Educação de Qualidade
5	Igualdade de Gênero
6	Água Potável e Saneamento
7	Energia Limpa e Acessível
8	Emprego Decente e Crescimento Econômico
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura
10	Redução das Desigualdades
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis
12	Consumo e Produção Responsáveis
13	Ação Contra a Mudança Global do Clima
14	Vida na Água
15	Vida Terrestre
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes
17	Parcerias e Meios de Implementação

Fonte: Adaptado Nações Unidas Brasil (2015)

O Índice ODS tem apresentado avanços modestos. Entre 2015 e 2019, observou-se um aumento de 64% para 66%, respectivamente. Estabilizando-se na pandemia e permanecendo abaixo de 67% em 2022. Limitando-se o progresso aos objetivos ambientais e de biodiversidade. Adicionalmente, a instabilidade geopolítica amplificou as dificuldades enfrentadas para a consecução da Agenda 2030 (Sachs et al., 2023).

Ao analisar os avanços individuais dos 17 ODS, estima-se que apenas 18% das metas estão progredindo de forma adequada para serem alcançadas globalmente até 2030. Outro obstáculo é a complexidade no processo de mensuração e monitoramento, uma vez que, a infraestrutura de dados inexistente ou, muitas vezes encontra-se desatualizada (Sachs et al., 2023).

A última Revisão Nacional Voluntária (VNR) elaborada pelo Brasil data de 2017. O governo tem endossado a implementação dos ODS por meio de declarações oficiais, além de buscar a sua integração aos planos de ação setoriais, demonstrando uma abordagem abrangente na incorporação desses objetivos em diversas áreas. Contudo, não há menção explícita aos ODS nas peças orçamentárias, o que pode indicar uma possível lacuna na integração dessas metas aos aspectos financeiros do governo (Sachs et al., 2023).

Em 2023, ano em que o Brasil ocupava o 50º lugar no Índice ODS (Sachs et al., 2023), foi reinstaurada a Comissão Nacional para os ODS. Seus objetivos são: contribuir para a internalização da Agenda 2030 no país; estimular a sua implementação nas esferas governamentais e junto à sociedade civil; acompanhar, difundir e dar transparência às ações realizadas para o alcance de suas metas e ao progresso no alcance dos ODS (MEC, 2023). Nesse contexto, torna-se necessário aprofundar a compreensão sobre como o alcance dos ODS está intrinsecamente ligado às estruturas governamentais que desempenham um papel crucial na superação dos desafios apontados.

2.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Estruturas Governamentais

Em 2017, a OCDE lançou um novo projeto de pesquisa política e compartilhamento de conhecimento para aprofundar a compreensão dos arranjos institucionais usados para atender os ODS, os desafios e soluções inovadoras em teste. Um dos desafios apresentados foi assegurar estruturas de governança e coordenação eficazes entre os órgãos e níveis de governo. Esse processo requer concessões difíceis para equilibrar objetivos e metas concorrentes.

As instituições governamentais foram projetadas para enfrentar desafios por meio de um sistema *top-down*. Contudo, para o cumprimento da agenda de 2030, será necessário o desenvolvimento de novas formas de cooperação entre o setor público, o setor privado e a

sociedade civil, que facilitem as relações, promovendo engajamento e adesão, exigindo novas ferramentas políticas mais abertas à experimentação e ao feedback dos cidadãos, assinalando a necessidade de mudanças culturais e não apenas técnicas (OECD, 2017).

Alguns desafios reconhecidos entre os países presentes incluem o estabelecimento de uma estrutura de coordenação permanente e multisetorial. Como resultado, as necessidades locais são alinhadas às aspirações globais e passam a ser priorizadas (OECD, 2017).

No contexto dos ODS, é vital articular, estratégias de monitoramento e gestão compartilhadas, envolvendo entes federativos, sociedade civil e setor privado. Essas estratégias devem assegurar a participação ativa em todos os níveis, promovendo a implementação de iniciativas locais, regionais e nacionais com o suporte técnico necessário (Cruz et al., 2022).

A sustentabilidade, em sua essência, envolve opções localmente adequadas que são globalmente sustentáveis, considerando a consciência contextual e comportamental. Destaca-se a importância de atenção às culturas locais e à tomada de decisão com base na comunidade. Assim, definições abertas possibilitam a identificação de programas e ações de sustentabilidade que promovam soluções adaptadas às preocupações locais (Kemp e Martens, 2007).

2.4 Os Principais Desafios Referentes a Mensuração dos ODS

O monitoramento dos processos para alcançar os ODS ainda enfrenta obstáculos, como a ausência ou a desatualização dos dados, sobretudo nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, onde a governança é geralmente mais limitada. "A disponibilidade de dados de qualidade é crucial para a produção regular de indicadores, sendo essencial que sejam acessíveis, atualizados, confiáveis e desagregados, com base em fontes oficiais nacionais" (Cruz et al., 2022).

Os avanços tecnológicos proporcionam maior flexibilidade na seleção dos dados, permitindo a reformulação das métricas globais de forma a torná-las mais consistentes (SSDN, 2023). Há a necessidade de desenvolver métodos sistemáticos, considerando as inovações tecnológicas, que possibilitem a integração de análises geoespaciais e estatísticas para lidar com a escassez de dados (Albuquerque de Melo et al., 2023; Liu et al., 2023).

Nesse contexto, surge a necessidade de iniciativas intersetoriais para construir redes que envolvam toda a sociedade brasileira. A necessidade de combinar informações que extrapolam o setor analisado, bem como a pulverização e a irregularidade na produção de dados, são considerados fortes obstáculos para a produção dos indicadores, impactando diretamente o monitoramento dos ODS (Cruz et al., 2022).

2.5 Contextualização dos ODS em Nível Local

Ademais do ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, é possível identificar ao menos outros 11 ODS que possuem interrelações com as cidades. Dos 231 indicadores, aproximadamente um terço podem ser avaliados no nível das cidades. Devido à influência significativa das cidades no desenvolvimento sustentável, sugere-se que o sucesso ou fracasso na consecução desses objetivos pode ser determinado nos centros urbanos (Koch e Krellenberg, 2018 e Albuquerque de Melo et al., 2023).

Visando auxiliar a implementação e a promoção dos ODS no âmbito local, a SDSN elaborou o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR). Essa ferramenta visa: (1) orientar a ação política; (2) estabelecer referências e metas com base em indicadores e facilitar o monitoramento em nível local; (3) auxiliar as cidades na análise do seu desempenho com base nos ODS; e (4) fornecer os insumos necessários para a elaboração do Relatório Voluntário Local (RVL), facilitando, assim, a troca de experiências, a mobilização de parcerias e o fortalecimento das políticas e instituições governamentais (IDSC-BR, 2017).

2.6 Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR)

Considerando a necessidade de compreensão do IDSC-BR para uma melhor análise, essa seção apresenta uma síntese da metodologia elaborada pelo Instituto Cidades Sustentáveis, no âmbito do Programa Cidades Sustentáveis, em parceria com a SDSN. O índice busca consolidar dados e estatísticas associados aos ODS, proporcionando uma base sólida para análises. De forma proativa, estimula órgãos técnicos e gestores a preencher lacunas, produzir e integrar novas bases de dados, contribuindo para a melhoria contínua. A lógica de construção do IDSC-BR se assemelha à do Índice ODS, contudo, para melhor atender ao contexto local, o IDSC-BR utiliza um conjunto de indicadores especialmente adaptado às prioridades das cidades brasileiras, aproveitando dados produzidos no país, que normalmente não podem ser utilizados nas avaliações internacionais.

Assim como no Índice ODS, a sua metodologia possui critérios rígidos, sendo revisada por pares e auditada pelo corpo científico da Comissão Europeia. Em 2023, o IDSC-BR foi composto por 100 indicadores (Tabela 2) de fontes públicas e oficiais nacionais, com exceção de dois índices referentes ao ODS 13 – Ação contra a mudança global do Clima. Esses índices extraem seus dados de outras fontes, como o Índice de Emissões de CO² per capita do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG Municípios) e o Índice Percentual do município desflorestado do MapBiomas. Ambas as iniciativas são da organização não-governamental Observatório do Clima, em conjunto com uma rede colaborativa que envolve outras instituições.

Tabela 2

Indicadores que compõem o IDSC-BR (2023)

Nº	ODS	Indicador
1	1	Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais (%)
2	1	Pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família (%)
3	1	Pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família (%)
4	1	Pessoas com renda de até 1/4 do salário-mínimo (%)
5	2	Obesidade infantil (%)
6	2	Baixo peso ao nascer (%)
7	2	Desnutrição infantil (%)
8	2	Produtores de agricultura familiar com apoio do PRONAF (%)
9	2	Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica (%)
10	3	Cobertura vacinal (%)
11	3	Mortalidade por suicídio (100 mil habitantes)
12	3	Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano) (mil nascidas vivas)
13	3	Mortalidade materna (mil nascidos vivos)
14	3	Mortalidade na infância (mil nascidas vivas)
15	3	Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias) (mil nascidas vivas)
16	3	Mortalidade por Aids (100 mil habitantes)
17	3	Incidência de dengue (100 mil habitantes)
18	3	Mortalidade prematura - doenças crônicas não-transmissíveis (100 mil hab.)
19	3	Orçamento municipal para a saúde (Reais per capita)
20	3	População atendida por equipes de saúde da família (%)
21	3	Deteção de hepatite ABC (100 mil habitantes)
22	3	Pré-natal insuficiente (%)
23	3	Unidades Básicas de Saúde (mil habitantes)
24	3	Esperança de vida ao nascer (Anos)
25	3	Gravidez na adolescência (%)

26	3	Incidência de tuberculose (100 mil habitantes)
27	4	Acesso à internet nas escolas do ensino fund. e médio, na rede pública (%)
28	4	Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência (%)
29	4	Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado (%)
30	4	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais (IN)
31	4	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais (IN)
32	4	Jovens com ensino médio concluído até os 19 anos de idade (%)
33	4	Professores formação nível superior - Educação Infantil - rede pública (%)
34	4	Professores formação nível superior - Ensino Fundamental - rede pública (%)
35	4	Prova Brasil - Língua portuguesa - Anos Finais do Ensino Fundamental - rede
36	4	Prova Brasil - Língua portuguesa - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - rede
37	4	Prova Brasil - Matemática - Anos Finais do Ensino Fundamental - rede
38	4	Prova Brasil - Matemática - Anos Iniciais do Ensino Fundamental - rede
39	4	Razão entre o número de alunos e professores na pré-escola (Taxa)
40	4	Razão entre o número de alunos e professores no ensino fundamental (Taxa)
41	4	Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental - rede pública (Taxa)
42	4	Analfabetismo na população com 15 anos ou mais (%)
43	4	Centros culturais, casas e espaços de cultura (100 mil habitantes)
44	4	Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola (%)
45	5	Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (%)
46	5	Presença de vereadoras na Câmara Municipal (%)
47	5	Desigualdade de salário por sexo (Razão)
48	5	Diferença entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham(%)
49	5	Taxa de feminicídio (100 mil mulheres)
50	6	Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (100 mil habitantes)
51	6	Perda de água tratada na distribuição (%)
52	6	População total atendida com abastecimento de água (%)
53	6	População atendida com esgotamento sanitário (%)
54	6	Índice de tratamento de esgoto (%)
55	7	Domicílios com acesso à energia elétrica (%)
56	7	Vulnerabilidade Energética (Índice)
57	8	População ocupada entre 10 e 17 anos (%)
58	8	PIB per capita (R\$ per capita)
59	8	Desemprego (Taxa)
60	8	Desemprego de jovens (Taxa)
61	8	Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (%)
62	8	Ocupação das pessoas com 16 anos de idade ou mais (Taxa)
63	9	Investimento público em infraestrutura urbana por habitante (R\$ per capita)
64	9	Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e
65	10	Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres (%)
66	10	Coeficiente de Gini (IN)
67	10	Razão mortalidade infantil (Razão)
68	10	Razão Gravidez na Adolescência (Razão)
69	10	Taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental (Razão)
70	10	Risco relativo de homicídios (Razão)
71	10	Violência contra a população LGBTQI+ (100 mil habitantes)
72	10	Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde (%)
73	10	Razão do rendimento médio real (Razão (R\$))
74	10	Taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental (Razão)
75	11	População de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho > que 1h (%)
76	11	Mortes no trânsito (100 mil habitantes)
77	11	População residente em aglomerados subnormais (%)

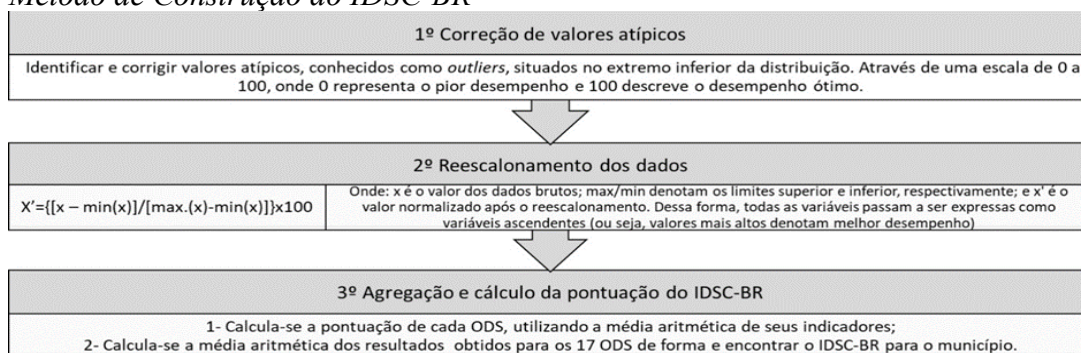
78	11	Domicílios em favelas (%)
79	11	Equipamentos esportivos (100 mil habitantes)
80	11	Percentual da população negra em assentamentos subnormais (%)
81	12	Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita (kg/ dia/ hab)
82	12	Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente (%)
83	12	População atendida com coleta seletiva (%)
84	13	Emissões de CO ₂ e per capita (ton de CO ₂ e per capita)
85	13	Concentração de focos de calor (por mil)
86	13	Proporção de estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres naturais (%)
87	13	Percentual do município desflorestado (%)
88	14	Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos (%)
89	15	Taxa de áreas florestadas e naturais (HA/HAB)
90	15	Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável (%)
91	15	Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental (%)
92	16	Homicídio juvenil masculino (100 mil habitantes)
93	16	Mortes por agressão (100 mil habitantes)
94	16	Mortes por armas de fogo (100 mil habitantes)
95	16	Taxa de homicídio (100 mil habitantes)
96	16	Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção (%)
97	16	Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos
98	16	Grau de estruturação das políticas de transparência (%)
99	17	Investimento público (R\$ per capita)
100	17	Total de receitas municipais arrecadadas (%)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2023)

Para que um indicador seja selecionado é necessário que ele atenda a alguns critérios: os dados devem ser recentes e atualizados (tipicamente entre 2010 e 2020), disponíveis nacionalmente; devem ser estatisticamente válidos; no mínimo 80% dos municípios analisados devem estar cobertos; devem ser facilmente compreensíveis e ter implicações para as políticas públicas. Além disso, devem ser normativos, evitando indicadores qualitativos, uma vez que o objetivo é monitorar os resultados, não os meios. Após atender a essas condições, os dados devem passar por tratamento estatístico para a construção do índice (Figura 1).

Figura 1

Método de Construção do IDSC-BR



Fonte: Elaboração própria.

A pontuação do IDSC-BR pode ser interpretada como a porcentagem do desempenho ótimo. Portanto, a diferença entre a pontuação obtida e 100 corresponde a distância em pontos percentuais que uma cidade precisa superar para atingir o desempenho ótimo. O índice também

inclui os Painéis ODS, que oferecem uma representação gráfica do desempenho, ou seja, do nível de desenvolvimento, dos municípios em relação aos 17 ODS. As principais lacunas encontradas referem-se a falta de dados nas fontes públicas oficiais e ao ano de referência para alguns indicadores.

3 METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como aplicada em termos de natureza. Quanto à abordagem do problema, adota uma perspectiva qualitativa. Em relação aos objetivos, enquadra-se como exploratória e descritiva, buscando compreender fenômenos sociais por meio da localização, avaliação e síntese de dados e informações em um período específico (Marconi e Lakatos, 2013). As técnicas empregadas envolveram pesquisas bibliográfica e documental.

A amostra abrange as 26 capitais brasileiras distribuídas em cinco regiões, objetivando contemplar todo o território nacional. A coleta dos dados baseou-se nas informações disponibilizadas no sítio eletrônico do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil, referentes ao ano de 2023. Essas informações incluem pontuações, indicadores utilizados, classificações, entre outros dados relevantes.

Os dados, coletados dezembro de 2023, foram condensados e tratados em planilha específica para a realização da análise que se concentrou na interpretação dos resultados disponíveis, utilizando uma abordagem quantitativa através de estatística descritiva e qualitativa para compreender as nuances e implicações associadas ao desempenho das capitais nas diversas dimensões do índice.

A análise do IDSC-BR, além da pontuação referente ao percentual geral obtido, considerou a pontuação individual cada um dos 17 ODS. Para analisar o progresso dos municípios em cada indicador, na média dos indicadores de cada ODS, e na média geral que resulta do índice em si, foram considerados cinco intervalos ilustrados por cores. Além disso, visando acompanhar, através do painel do IDSC-BR, a evolução das capitais ao longo do tempo rumo à Agenda 2030, seguindo a metodologia da SDSN para o Índice ODS (global), foi implantado um sistema de setas (Tabela 3).

Tabela 3

Níveis e Evolução Referentes ao Desenvolvimento Sustentável

Classificação	Nível de Desenvolvimento	Intervalo (pontos)
Verde Escuro	Muito Alto	80 a 100
Verde	Alto	60 a 79,99
Amarelo	Médio	50 a 59,99
Laranja	Baixo	40 a 49,99
Vermelho	Muito Baixo	0 a 39,99
Cinza	Informações Indisponíveis	-
Símbolo	Evolução	
↑	Variação Positiva	
→	Estagnada	
↓	Variação Negativa	

Fonte: Elaboração própria

Essa metodologia visa proporcionar uma compreensão aprofundada do panorama das capitais brasileiras em relação ao IDSC-BR, destacando aspectos relevantes e contribuindo para uma análise crítica do cenário apresentado.

4 RESULTADOS

A Tabela 4 fornece uma visão abrangente da estatística descritiva relacionada ao Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil, desagregada por região. As médias indicam que, em geral, os estados do Norte e Nordeste apresentam percentuais mais baixos em relação ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), enquanto as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul demonstram um desempenho mediano.

Tabela 4

Estatística Descritiva IDSC-BR Capitais por Região

Regiões	(1) n	(2) Média	(3) DP	(4) Mín.	(5) Máx.
Norte	7	43,24	4,857	37,33	52,36
Nordeste	9	46,59	2,974	43,75	51,29
Centro-oeste	3	53,46	3,093	49,22	56,50
Sudeste	4	55,27	2,039	52,67	58,32
Sul	3	54,76	2,262	51,56	56,46

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2023)

A análise revela que a região Norte se destaca pela maior variação e pela menor média, indicando uma deficiência mais acentuada em relação ao alcance dos ODS, em comparação com outras regiões. Por sua vez, o Sudeste se destaca pela menor variação entre os índices, indicando uma consistência nos resultados. Apesar de ser a região com os melhores resultados, seguida pelas regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste, é importante ressaltar que esses resultados ainda estão distantes das metas estabelecidas pela Agenda de 2030.

A Tabela 5 oferece uma análise mais aprofundada de cada um dos ODS individualmente, baseada nos resultados das 26 capitais analisadas, independentemente da região. Destacam-se os ODS 3, 6, 7, 10 e 13, com médias consideradas altas. Por outro lado, os ODS 5, 9 e 17 revelam as três piores médias. Notavelmente, o ODS 9 registra os índices mínimo e máximo mais baixos entre todos os ODS, indicando uma variação mínima e classificação geral como muito baixo.

As variações substanciais entre os índices mínimo e máximo para a maioria dos ODS evidenciam as diferentes realidades relacionadas ao IDSC-BR entre as capitais. Destaca-se o ODS 14, que apresenta um desvio-padrão significativo de 29,408, refletindo capitais com 100% da meta alcançada, enquanto outra cidade atingiu apenas 9,17%. Os ODS 13, 6, 7, 12, 11, 8 e 17, nessa sequência, exibem as maiores variações entre os valores mínimo e máximo obtidos. Essa diversidade ressalta a necessidade de abordagens específicas para cada ODS, considerando as peculiaridades de cada capital brasileira.

Tabela 5

Estatística Descritiva – ODS por Capitais

ODS	(1) Média	(2) DP	(3) Mín	(4) Máx
14	50,29	29,408	9,17	100,00
13	77,34	16,557	48,03	95,15
6	75,42	15,872	26,18	91,35
7	70,67	12,089	49,10	93,36
12	47,93	11,826	29,11	68,43
11	34,58	10,492	18,95	57,63
8	51,87	10,289	36,08	66,51
17	28,84	10,081	8,81	52,11
2	46,73	8,345	26,95	64,28

16	38,60	7,825	26,44	70,25
15	34,31	6,787	20,00	48,67
5	29,62	5,766	19,88	45,8
3	61,33	5,691	51,99	69,43
4	47,02	5,234	39,48	56,69
10	61,13	3,853	54,18	68,15
9	15,33	3,578	8,66	26,9
1	58,38	3,351	52,43	65,08

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2023)

Quando analisamos separadamente cada ODS, algumas considerações se fazem necessárias para a melhor interpretação. Considerando as 26 capitais analisadas, 11 possuem lacunas na construção de algum indicador. Dos 100 indicadores utilizados para compor o IDSC-BR (Figura 3), 38 possuem informações anteriores a 2020; destes, 20 têm como base de dados o Censo Demográfico (IBGE) realizado em 2010. Além disso, não foi possível calcular alguns indicadores para capitais específicas, devido à indisponibilidade de dados (Tabela 6), problema também apontado por Sachs et al. (2023) e Koch e Krellenberg (2018).

Tabela 6

Indicadores que Apresentaram Indisponibilidade de Dados para a sua Construção.

ODS	Indicador	Capitais
4	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais (IN)	Rio Branco (AC), Macapá (AP); Porto Velho (RO) e Boa Vista (RR)
4	Prova Brasil - Língua portuguesa - Anos Finais do Ensino Fundamental - rede municipal (IN)	Rio Branco (AC), Macapá (AP); Porto Velho (RO) e Boa Vista (RR)
4	Prova Brasil - Matemática - Anos Finais do Ensino Fundamental - rede municipal (IN)	Rio Branco (AC), Macapá (AP); Porto Velho (RO) e Boa Vista (RR)
9	Inv. público em infraestrutura urbana por hab.	Goiânia (GO)
10	Acesso a equip. da atenção básica à saúde	Aracaju (SE)
12	População atendida com coleta seletiva	Rio Branco (AC), Macapá (AP); Boa Vista (RR), Palmas (TO), Salvador (BA), Fortaleza (CE), São Luís (MA)

Fonte: Elaboração própria

A Figura 2, apresenta um compilado das informações referentes ao IDSC-BR e sua construção baseada na pontuação obtida para cada ODS. A análise evidencia que nenhuma capital alcançou uma pontuação no IDSC-BR referente ao ano de 2023, compatível com um nível geral de desenvolvimento sustentável considerado alto, apresentando uma variação negativa em seus índices gerais em relação a 2022. Esses resultados corroboram com os achados de Sachs et al. (2023) referentes ao Índice ODS, cuja análise é global.

Observa-se que o Norte apresenta os piores resultados entre as regiões, sendo a única com capitais avaliadas em um nível de desenvolvimento muito baixo (Rio Branco, Belém e Porto Velho). Em meio aos resultados, Palmas se destaca como a única capital da região com o IDSC-BR acima de 50%. Porto Velho, por sua vez, detém a pior classificação entre as capitais, com um IDSC-BR de 37,33. Além disso, possui o maior número de ODS avaliados como muito baixo (aproximadamente 53%), e dentre eles não consta a pontuação referente ao ODS 14.

Por sua vez, 78% das capitais nordestinas são avaliadas com um nível de desenvolvimento baixo; as exceções são Salvador e João Pessoa, cujos índices são de 51,18% e 51,29%, respectivamente. Na região Centro-Oeste, Cuiabá está com um IDSC-BR

considerado baixo, enquanto Goiânia e Campo Grande são considerados com um nível médio de desenvolvimento, tendo apenas 4 ODS avaliados como muito baixo e 2 ODS avaliados como baixo.

O Sudeste possui os melhores resultados individuais, sendo a única região em que todas as capitais se encontram entre as 1.000 cidades melhores avaliadas pelo IDSC-BR. São Paulo, cujo IDSC-BR é de 58,32%, é a capital mais próxima de alcançar um nível de sustentabilidade considerado alto, ou seja, acima de 60%, sendo única com apenas 5 ODS avaliados como muito baixo ou baixo. Por fim, a região Sul está muito próxima da região Sudeste em relação ao IDSC-BR e as suas variações entre índices mínimos e máximo.

Figura 2

Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) das Capitais Brasileiras

Região	Estado	Capital	IDSC-BR Pontuação Geral	Classificação Geral	Nível de Desenvolvimento Sustentável	Índice de Desenvolvimento Sustentável - ODS																
						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Norte	Acre	Rio Branco	44,21 ↓	3.675	Baixo	59,43 ↓	45,20 ↓	54,83 ↓	45,95 →	23,64 →	49,30 ↓	81,05 ↓	43,26 →	11,92 ↓	54,18 →	37,55 ↓	50,12 ↑	54,28 →	56,09 ↑	34,24 ↑	38,13 ↑	12,38 ↓
	Amapá	Macapá	38,10 ↓	5.274	Muito Baixo	57,76 ↓	42,31 ↓	52,18 ↓	40,73 ↑	28,11 →	49,40 ↑	57,79 ↓	39,05 →	8,66 ↓	57,33 →	32,47 ↓	55,77 ↑	48,03 ↓	9,17 →	34,24 ↑	37,97 ↑	8,81 ↓
	Amazonas	Manaus	45,38 ↓	3.242	Baixo	62,60 ↓	44,04 ↓	55,79 →	41,19 →	23,35 →	68,06 ↑	64,78 ↓	47,78 ↑	18,31 ↓	62,24 ↑	23,82 ↓	45,91 ↑	81,64 ↓	28,60 →	48,67 ↑	34,01 ↑	20,66 ↓
	Pará	Belém	39,98 ↓	4.949	Muito Baixo	58,82 ↓	41,78 ↓	51,99 →	39,48 ↑	23,69 →	56,27 ↑	55,88 ↓	40,63 ↓	13,48 ↓	55,06 ↑	25,28 ↓	44,32 ↑	72,54 ↓	10,69 →	28,63 →	36,63 ↑	24,44 ↑
	Rondônia	Porto Velho	37,33 ↓	5.347	Muito Baixo	56,59 →	46,68 ↓	56,45 →	42,53 ↑	19,88 →	26,18 →	77,17 ↓	57,99 →	12,18 ↓	68,15 →	33,30 ↓	29,56 ↓	19,50 →	- →	38,26 ↑	32,70 ↑	17,51 ↓
	Roraima	Boa Vista	45,36 ↓	3.252	Baixo	56,95 ↓	56,89 ↑	54,62 ↑	49,25 ↑	26,54 ↑	81,55 ↓	49,10 ↓	51,91 →	13,45 ↓	64,00 →	54,78 ↓	63,47 →	60,58 ↑	18,21 →	26,94 ↑	26,44 ↓	16,45 ↑
	Tocantins	Palmas	52,36 ↓	969	Médio	56,31 →	41,54 ↓	65,20 ↓	50,94 →	25,75 →	89,66 ↑	65,86 ↓	60,61 →	14,08 ↓	64,89 ↑	57,63 ↓	38,02 ↑	75,39 →	81,00 →	37,98 ↑	36,66 ↑	28,53 ↑
Nordeste	Alagoas	Maceió	43,86 ↓	3.778	Baixo	56,85 ↓	43,96 ↓	57,14 →	40,06 ↑	23,26 →	74,07 ↑	64,42 ↓	36,08 →	14,23 ↓	61,43 ↑	30,60 ↓	39,85 ↑	86,82 ↓	29,60 →	29,03 →	35,11 ↑	23,19 ↑
	Bahia	Salvador	51,18 ↓	1.246	Médio	63,81 →	30,06 ↓	60,01 ↓	43,07 ↑	28,27 →	81,85 →	64,33 ↓	36,57 ↓	18,57 ↓	62,28 ↑	21,10 ↓	50,68 ↑	89,27 ↓	100,00 →	48,11 →	36,05 →	36,11 →
	Ceará	Fortaleza	46,90 ↓	2.647	Baixo	62,83 →	39,95 ↓	65,08 →	48,59 ↑	27,44 →	75,42 ↑	64,99 ↓	48,98 ↓	12,95 ↓	54,60 →	28,03 ↓	29,11 ↑	86,64 ↓	61,00 →	29,81 →	34,01 ↑	27,84 ↑
	Maranhão	São Luís	42,41 ↓	4.267	Baixo	65,08 →	50,81 ↑	57,63 →	42,83 ↑	27,38 ↑	55,75 ↑	64,39 ↓	39,82 →	10,96 ↓	60,00 →	22,24 ↓	50,33 ↑	73,86 ↓	3,78 →	36,29 →	36,41 ↑	23,35 ↓
	Paraíba	João Pessoa	51,29 ↓	1.220	Médio	59,85 ↓	61,40 ↑	59,89 ↓	42,85 ↑	29,31 ↑	86,05 →	65,37 ↓	44,22 →	12,10 ↓	56,09 ↑	33,78 ↓	48,94 ↑	82,81 ↓	100,00 →	28,49 →	38,71 ↑	22,13 →
	Pernambuco	Recife	47,59 ↓	2.402	Baixo	55,71 ↓	45,26 ↑	57,81 →	44,99 →	26,15 →	74,18 ↑	67,25 ↓	39,93 →	18,60 ↓	62,61 ↑	25,70 ↓	36,93 →	85,03 ↓	61,85 →	34,79 →	36,05 ↑	36,12 →
	Piauí	Teresina	43,75 ↓	3.827	Baixo	57,92 ↓	48,11 ↓	64,23 →	47,52 →	27,02 →	74,58 ↑	64,42 ↓	45,98 →	17,06 ↓	65,12 ↑	29,61 ↓	33,60 ↑	81,27 ↑	19,27 →	20,00 ↑	29,93 ↑	18,06 →
	Rio Grande do Norte	Natal	45,19 ↓	3.313	Baixo	61,77 ↓	58,97 ↑	59,92 ↓	42,41 →	28,01 ↑	71,22 ↑	61,55 ↓	44,43 →	15,40 ↓	60,02 ↑	35,06 ↓	32,85 ↓	85,78 ↓	22,62 →	26,97 →	33,86 ↑	27,49 →
	Sergipe	Aracaju	47,14 ↓	2.558	Baixo	60,53 ↓	47,45 ↓	65,21 →	43,66 ↑	26,26 →	82,51 ↑	65,34 ↓	44,30 →	17,71 ↓	54,69 →	33,98 ↓	43,58 ↑	89,98 →	35,00 →	27,00 →	31,97 ↑	32,15 ↑
Centro-Oeste	Goiás	Goiânia	56,50 ↓	353	Médio	54,66 →	41,24 ↓	60,13 ↓	52,46 →	36,46 ↑	90,12 ↑	84,14 ↓	61,91 →	26,90 ↓	59,58 →	50,87 →	68,43 →	79,54 ↓	86,90 →	28,55 →	42,92 ↑	35,71 ↑
	Mato Grosso	Cuiabá	49,22 ↓	1.813	Baixo	53,02 →	44,61 →	65,39 →	49,79 →	32,71 ↑	76,77 ↑	81,17 ↓	60,23 →	11,60 ↓	64,47 ↑	38,22 ↓	39,16 ↑	69,82 ↑	30,00 →	44,93 ↑	43,42 ↑	31,35 →
	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	54,66 ↓	585	Médio	52,43 ↑	48,99 ↓	64,27 →	54,92 →	30,25 ↑	92,15 →	92,16 ↓	57,60 →	14,39 ↓	62,95 ↑	53,57 ↓	56,14 ↑	71,46 ↓	73,00 →	33,52 ↑	41,32 ↑	30,08 →
Sudeste	Espírito Santo	Vitória	54,55 ↓	606	Médio	57,67 ↓	55,67 ↓	68,55 →	56,69 →	29,51 →	87,83 ↑	93,36 ↓	63,83 ↑	16,82 ↓	57,17 ↑	38,88 ↓	40,93 ↑	89,88 →	64,99 →	35,58 →	36,05 ↑	34,00 ↓
	Minas Gerais	Belo Horizonte	55,53 ↓	481	Médio	58,73 ↓	44,74 ↑	73,53 →	52,88 →	37,26 ↑	85,93 →	87,87 ↓	61,00 →	14,30 ↓	63,81 ↑	30,66 ↓	38,99 →	95,15 →	89,94 →	30,48 →	43,04 ↑	35,77 ↓
	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	52,67 ↓	913	Médio	64,29 →	40,72 ↓	60,89 →	42,71 →	37,71 ↑	81,11 →	89,73 ↓	59,28 ↑	17,82 ↓	62,92 →	18,95 ↓	51,38 →	83,78 ↓	66,22 →	41,40 →	41,22 ↑	35,36 ↓
	São Paulo	São Paulo	58,32 ↓	142	Médio	58,22 ↓	52,54 →	66,37 →	48,52 →	45,80 ↑	91,35 ↑	86,92 ↓	63,24 ↑	18,23 ↓	62,19 →	23,56 ↓	58,78 →	91,93 →	65,59 →	35,80 →	70,25 ↑	52,11 →
Sul	Paraná	Curitiba	56,25 ↓	389	Médio	55,51 →	26,95 ↓	70,88 →	56,53 →	35,43 ↑	92,93 →	65,65 ↓	67,36 →	15,60 ↓	65,97 →	39,82 ↓	68,29 →	95,60 →	90,99 →	32,73 →	39,23 ↑	36,83 ↑
	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	51,56 ↓	1.150	Médio	55,77 ↓	50,75 ↓	57,16 →	47,00 ↑	34,13 →	85,62 →	63,63 ↓	66,12 ↑	19,16 ↓	64,33 →	33,22 ↓	67,68 →	69,56 ↓	47,06 →	37,58 →	44,66 ↑	33,14 ↓
	Santa Catarina	Florianópolis	56,46 ↓	360	Médio	54,88 →	64,28 ↓	69,43 →	54,96 →	36,78 ↑	81,12 →	59,07 ↓	66,51 →	13,98 ↓	63,17 ↑	46,40 ↓	63,46 ↑	90,76 →	56,00 →	41,97 →	46,72 ↑	50,36 ↑

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2023)

Notas: Nível de Desenvolvimento Sustentável: Verde Escuro = Muito alto (80 a 100); Verde Claro = Alto (60 a 79,99); Amarelo = Médio (50 a 59,99); Laranja = Baixo (40 a 49,99); Vermelho = Muito baixo (0 a 39,99); e Cinza = Informações Indisponíveis. Evolução na Pontuação do IDSC-BR: ↑ = variação positiva; → = Estagnada; e ↓ = variação negativa

Retomando a análise do IDSC-BR (Figura 2), foram elaboradas as Tabelas 7 e 8, que servirão como suporte para uma melhor compreensão do leitor. Em seguida, será verificada a evolução dos ODS que compõem o IDSC-BR e encontram-se detalhados na Figura 6. Os ODS 3, 6, 7, 10 e 13 foram os únicos a alcançarem um nível de desenvolvimento alto (Tabela 7).

Tabela 7

Estatística Descritiva – ODS com Nível Médio de Desenvolvimento Alto

ODS	Descrição	(1) Média	(2) DP	(3) Mín	(4) Máx
3	Saúde e Bem-Estar	61,33	3,351	51,99	69,43
6	Água Potável e Saneamento	75,42	15,872	26,18	91,35
7	Energia Limpa e Acessível	70,67	12,089	49,10	93,36
10	Redução das Desigualdades	61,13	3,853	54,18	68,15
13	Ação Contra a Mudança Global do Clima	77,34	16,557	19,50	95,15

Fonte: Elaboração própria

É interessante observar que os indicadores que obtiveram a maior média também são aqueles com o maior desvio-padrão, ou seja, a maior diferença entre indicadores mínimos e máximos, apontando diferenças significativas entre as capitais.

Em relação ao ODS 6, Porto Velho quem obteve a menor pontuação, 26,18%, além dela, Rio Branco e Macapá tiveram desempenho baixo e Belém, um desempenho médio. Ao todo 84,6% das capitais alcançaram desempenho alto ou muito alto relacionado a “Água Potável e Saneamento”.

Apesar de estar entre os ODS de melhor desempenho, o ODS 7 apresentou redução em todas as capitais quando comparado ao ano anterior. Em contrapartida, o ODS 10 apresenta a menor variação entre indicador mínimo e máximo e, juntamente com os ODS 4, 5, 14 e 15, não sofreu variação negativa em nenhuma capital. O ODS 13, por sua vez, apresenta a maior pontuação média, com 15 capitais alcançando um nível de desenvolvimento muito alto.

Direcionando a análise para os ODS com os piores desempenho (Tabela 8) identificamos 6 ODS. É possível observar que, embora as diferenças entre mínimos e máximo ainda sejam significativas, são menores quando comparadas aos ODS de melhor desempenho.

Tabela 8

Estatística Descritiva – ODS com Nível Médio de Desenvolvimento Muito Baixo

ODS	Descrição	(1) Média	(2) DP	(3) Mín	(4) Máx
5	Igualdade de Gênero	29,62	5,766	19,88	45,80
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	15,33	3,578	8,66	26,90
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis	34,58	10,492	18,95	57,63
15	Vida Terrestre	34,31	6,787	20,00	48,67
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	38,60	7,825	26,44	70,25
17	Parcerias e Meios de Implementação	28,84	10,081	8,81	52,11

Fonte: Elaboração própria

Apesar de uma pontuação baixa, conforme mencionado anteriormente, os ODS 5 e 15 mantiveram-se estáveis ou sofreram melhora. Em contrapartida, o ODS 9 teve o pior resultado médio entre todos os ODS e, juntamente com o ODS 11, sofreu variação negativa em todas as

capitais. O segundo pior resultado corresponde ao ODS 17, que, apesar de estar próximo dos resultados obtidos pelo ODS 5, possui uma maior variação entre seu mínimo e máximo, tendo sofrido variação negativa em 23% das capitais.

O ODS 16 tem uma característica interessante, com exceção de São Paulo, que obteve um indicador alto – 70,25%, todas as capitais foram classificadas com um desempenho muito baixo (18 capitais) ou baixo (7 capitais). Contudo, com exclusão de Boa Vista, que sofreu uma variação negativa, o índice melhorou ou se manteve estável nas demais capitais.

Os valores encontrados para o ODS 17 "Parcerias e Meios de Implementação" chamaram a atenção devido ao seu baixo resultado, o que vai ao encontro do que preconiza a OECD (2017) em relação ao desenvolvimento de novas formas de cooperação que facilitem a relação entre as partes interessadas. Isso evidencia o desafio da garantia de estruturas de governança e coordenação eficazes entre os órgãos e níveis de governo, conforme destacado pela OECD (2017).

Com base na análise efetuada, a transição para as considerações finais será orientada por uma reflexão sobre a necessidade de estratégias específicas para cada ODS, bem como a importância de abordagens regionais adaptadas às distintas realidades das capitais brasileiras. Destacando caminhos para avançar em direção a um desenvolvimento sustentável mais equitativo e alinhado com os princípios da Agenda 2030, essa abordagem está em consonância com as recomendações OECD (2017), estudos de Kemp e Martens (2007), Koch e Krellenberg (2018). Cruz et al. (2022) e Albuquerque de Melo et al. (2023)..

5 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo examinar o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR) em relação ao cumprimento dos ODS nas 26 capitais brasileiras. O propósito era compreender a situação atual dessas cidades em relação ao cumprimento dos ODS, tanto em comparação com outras capitais de suas regiões quanto em escala nacional.

Os resultados obtidos demonstram que ainda há muito a ser feito. O IDSC-BR, mesmo diante de suas fragilidades, como as bases de dados inexistentes ou defasadas, consiste em uma importante ferramenta de análise referente à Agenda 2030. Ele oferece uma visão clara da realidade local, contribuindo de maneira valiosa para a formulação de políticas públicas direcionadas.

A importância de formular políticas públicas específicas, que considerem as diferenças significativas entre cidades e regiões, torna-se especialmente relevante em um país de dimensões continentais. Este enfoque está alinhado com as recomendações de estudos anteriores, destacando a necessidade de identificar, estudar e, quando aplicável, replicar políticas bem-sucedidas em determinada cidade ou região, promovendo uma busca contínua por alternativas compatíveis com a realidade local.

As capitais da região Norte apresentam os maiores desafios a serem transpostos, com a menor pontuação conjunta e as únicas três capitais avaliadas com um índice de desenvolvimento muito baixo, demandando ações específicas. Considerando a relevância da Floresta Amazônica, indicadores como o ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima, ODS 14 – Vida na Água e ODS 15 – Vida Terrestre devem receber atenção especial para a região.

Esforços consistentes devem ser implementados para tratar de forma eficaz os indicadores com pior avaliação, visando diminuir as disparidades entre eles e entre as pontuações obtidas pelas cidades.

Conforme informado, o ano de 2024 deve apresentar importantes atualizações no IDSC-BR, uma vez que a versão de 2023 utilizou dados referente ao Censo de 2010 do IBGE, e dados

mais recentes passam a estar disponíveis. Além disso, conclusão prevista de uma versão atualizada da Revisão Nacional Voluntária (VNR), a ser apresentada no Fórum Político de Alto Nível da ONU em 2024, deve ampliar os horizontes de análise.

A pesquisa apresenta algumas limitações, pois os resultados não podem ser generalizados para todas as cidades brasileiras, uma vez que o foco da investigação se limitou as capitais brasileiras. Além disso, optou-se por analisar apenas os dados de 2023, uma vez que consistem nos dados mais recentes quanto ao IDSC-BR. Portanto, sugere-se que pesquisas futuras utilizem dados em painel de forma a verificar possíveis determinantes que justifiquem as variações de posições das cidades no ranking.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque de Melo, L. S., Macri Olivera, M., da Silva Dantas, N., & Martins, M. de F. (2022). Análise da produção científica internacional sobre cidades e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). *REUNIR Revista De Administração Contabilidade E Sustentabilidade*, 12(3), 90-108. <https://doi.org/10.18696/reunir.v12i3.1303>
- Cruz, D. K. A., Nóbrega, A. A., Montenegro, M. M. S. S., & Pereira, V. O. M. (2022). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as fontes de dados para o monitoramento das metas no Brasil. *Revista de Epidemiologia e Serviços da Saúde*, 31(nspe1), e20211047. <https://doi.org/10.1590/SS2237-962220220010.especial>
- Diaz-Sarachaga, J. M., Jato-Espino, D., & Castro-Fresno, D. (2018). Is the Sustainable Development Goals (SDG) index an adequate framework to measure the progress of the 2030 Agenda? *Sustainable Development*, 26, 663–671. <https://doi.org/10.1002/sd.1735>
- IDSC-BR. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (2017). A evolução das 5.570 cidades brasileiras em direção a agenda 2030 da ONU. <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em 05 jan. 2024.
- IPEA (2023). Ipea inicia a elaboração do Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14114-ipea-inicia-a-elaboracao-do-relatorio-nacional-voluntario-sobre-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-agenda-2030>
- Kemp, R., & Martens, P. (2007). Sustainable development: How to manage something that is subjective and never can be achieved? *Sustainability: Science, Practice and Policy*. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15487733.2007.11907997>
- Koch, F., & Krellenberg, K. (2018). How to Contextualize SDG 11? Looking at Indicators for Sustainable Urban Development in Germany. *ISPRS International Journal of Geo-Information*, 7(12), 464. <https://doi.org/10.3390/ijgi7120464>
- Lavall, T. P., & Olsson, G. (2019). Governança global e o desenvolvimento na sua pluridimensionalidade: um olhar sobre a Agenda 2030 das Nações Unidas. *Direito E Desenvolvimento*, 10(1), 51–64. <https://doi.org/10.26843/direitoedesenvolvimento.v10i1.990>
- Liu, Y., et al. (2023). A big data approach to assess progress towards Sustainable Development Goals for cities of varying sizes. *Communications Earth & Environment*, 4(1), 66. <https://doi.org/10.1038/s43247-023-00730-8>

- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2013). Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração análise e interpretação de dados (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- MEC. (2023, 19 de setembro). Instituída Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/instituida-comissao-nacional-para-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>
- Nações Unidas Brasil (2015). Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 21 out. 2023.
- Nações Unidas Brasil. (s.d.). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>
- OECD (2017). Getting Governments Organised to Deliver on the Sustainable Development Goals. High Level Political Forum United Nations - New York, Summary Report and Next Steps. <https://www.oecd.org/gov/SDGs-Summary-Report-WEB.pdf>
- Sachs, J. D., LaFortune, G., Fuller, G., & Drumm, E. (2023). Implementing the SDG Stimulus. Sustainable Development Report 2023. Paris: SDSN, Dublin: Dublin University. Recuperado de <https://dashboards.sdgindex.org/>. Acesso em: 18 out. 2023.
- United Nations Information Centre (2000). Nações Unidas: Declaração do Milênio Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2000%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20Mil%C3%A9nio.pdf>
- Veiga, J. E. (2020). A Furtiva Saga dos ODM aos ODS. In K. Frey, et al. (Orgs.), Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: desafios para o planejamento e a governança ambiental na Macrometrópole Paulista (Cap. 2, pp. 20-31). Santo André: UFABC.